



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Plenário, conforme sugestão do Senhor Presidente, permaneceu um minuto em silêncio pelo falecimento do Sr. Joel, pessoa de bem, pai de família, tinha duas filhas; foi covardemente assassinado. O Senhor Presidente rogou a Deus dê conforto à família do Sr. Joel. O vereador Renato Faria Silva cumprimentou a Polícia Militar e Civil de Nova Lima que em menos de quatro horas e meia, demonstrando eficiência, elucidou o caso e chegou à autoria, prendendo um dos meliantes. O vereador Luciano Vitor Gomes registrou que há um nova-limense de dezesseis anos desaparecido há quinze dias, o Kelder Nonato Ovídio Silva. Destacou a presença da mãe do jovem juntamente com a Islei, Presidente do Conselho Tutelar. Falou que deram a sorte de o delegado ter vindo à Casa se apresentar, passaram toda documentação a ele que já agendou com a mãe do garoto. Solicitou apoio aos vereadores e relatou que pediu ao José Cleves do Jornal A Notícia para divulgar com o objetivo de localizarem o jovem. Disse que ele é um menino bom, estuda no Deniz Vale; a família está apreensiva e o que puderem fazer será muito importante. O vereador Cássio Magnani Júnior concordou com o vereador Renato quanto à eficiência



da polícia na captura do criminoso. Lembrou que há menos de um mês falaram da total falta de policiamento no centro de Nova Lima e que é inconcebível não ter um policial militar do Bicame até o Senai, nas principais ruas da cidade: Domingos Rodrigues, Santa Cruz, Bias Fortes e Melo Viana, para não falar das outras. Salientou que não tem um Guarda Municipal sequer para orientar o trânsito nas vias centrais, onde há maior congestionamento, o que é uma falha do poder público municipal. Afirmou que se manifesta mais uma vez e solicitou que na parte de requerimento façam para a Polícia Militar e a Secretaria Municipal de Segurança porque é inconcebível. Registrou que não diz que isto vai acabar de vez com as ocorrências, mas com certeza, a presença de policiais e Guardas Municipais nas ruas inibe muito a prática de crimes. O vereador José Guedes parabenizou o vereador Cássio porque é um absurdo não ter um policial nas ruas centrais e próximo aos bancos em Nova Lima. Contou que no mês passado ocorreu um problema no caixa rápido do Itaú, não causou maior transtorno porque havia um policial na agência que agiu rapidamente e prendeu o bandido. Afirmou que é de estarrecer o fato de em Nova Lima não ter policiais nas ruas a não ser no carnaval. Ressaltou que a Câmara deve fazer um requerimento cobrando das autoridades militares. Logo após, o Senhor Secretário determinou a leitura das Atas das Reuniões Ordinárias dos dias quatro e onze de outubro e da Ata da Reunião Solene do dia seis de outubro de dois mil e onze. Em votação, foram aprovadas. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.177/2011, autoria do vereador Marcelino Antônio Edwirges, que “Dispõe sobre a instalação de sistema de filmagem e monitoramento das áreas externas das agências bancárias do Município de Nova Lima/MG”. Encaminhado à Comissão de Legislação e



Justiça para emissão de parecer. O vereador Marcelino Antônio Edwirges acrescentou que além de tudo que ocorreu, vem falando sistematicamente em Plenário sobre uma lei de sua autoria e do vereador Luciano sobre a presença dos Guardas Municipais nas escolas. Relatou que numa conversa recente com o Secretário, ele disse que o contingente é pequeno. Afirmou que, além da preocupação com os bancos, devem frisar que o horário do crime foi exatamente o mesmo que as crianças saem das escolas. Ressaltou que outro fator gravíssimo é o não cumprimento da lei que votaram, os Guardas Municipais não têm ficado nas portas das escolas e a crescente violência e criminalidade imperam onde o poder público está ausente. Registrou que devem fazer cumprir a lei e contou que tem presenciado na Casa, principalmente em seu gabinete por bater insistentemente nesta questão, inúmeros pais solicitando o cumprimento desta lei. Disse que a proposição é plausível visto que apenas o Bradesco, no ano passado, teve um lucro de dez bilhões de reais, então, há condições de fazer, e aos vereadores cabe aprovar o projeto e pressionar o poder público para agir e punir se a lei não for cumprida. Salientou que, infelizmente, alguns projetos aprovados não têm andado quando saem da Câmara. Declarou que abre para o projeto ser de todos os vereadores e tem certeza que vai inibir a criminalidade que não pode ficar do jeito está. Falou das várias ocorrências que não foram registradas na Polícia Militar e contou que no mês passado uma associada do Sindicato teve seu dinheiro roubado na porta do Banco do Brasil. Destacou que as pessoas estão tão descrentes que não estão registrando as ocorrências. Informou que conforme a justificativa, os bancos se preocupam apenas com a segurança no interior das agências, mas devem fazer com que se preocupem também com seu entorno. O vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o vereador



Marcelino pela iniciativa que visa à segurança pública da cidade; declarou seu apoio e voto favorável. Salientou que a presença dos Guardas Municipais próximo às escolas inibe, e muito, a violência e o tráfico de drogas. Sugeriu que na votação do orçamento, destinem parte da verba para o aumento do efetivo dos Guardas Municipais. Lembrou que o crescimento do país passa pela escola e pela família, por isso, devem proporcionar segurança aos estudantes. O vereador Marcelino frisou que nada foi feito em relação aos ônibus escolares, o que é uma vergonha. Indagou se mais pessoas terão que morrer ou se a comoção acontecerá apenas quando acontecer fatos lamentáveis como o de ontem e a morte daquela criança no Cascalho. Ressaltou que a Casa deve começar a usar o poder que o Legislativo tem e exigir ações imediatas no caso dos guardas nas escolas, do transporte escolar e, agora, dos bancos. O Senhor Presidente lembrou que votaram o projeto referente ao transporte escolar com o objetivo de impedir os estudantes de colocarem a cabeça para fora, já venceu o prazo para executarem a lei e nem satisfação deram. O vereador José Guedes parabenizou o vereador Marcelino pelo projeto. Disse que a prefeitura nada fez quanto ao transporte escolar e à construção de um simples quebra-molas no trevo de Raposos, indagou se estão esperando nova morte. Afirmou que fica estarecido quando um vereador aprova projetos de denominação de rua, com nome de pessoas que trabalharam, lutaram e merecem ser homenageadas. Citou como exemplo Arísio Silva, Ernani Pessoa, Padre João Marcelino e outros. Disse que a prefeitura sequer coloca as placas alusivas nas ruas em total desrespeito às famílias dos homenageados. O vereador Marcelino solicitou ao Senhor Presidente que consulte a Casa para a confecção de parecer conjunto referente ao Projeto de Lei nº 1.177/2011. O Plenário aprovou a solicitação. Prosseguindo, o Senhor Presidente consultou o



Plenário que permitiu a inclusão na pauta da leitura dos pareceres: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.150/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, SEMTR, as Unidades Administrativas e Cargos em Comissão infradescritos, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; 2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.149/2011, que “Altera a Lei Municipal nº 1.714/2002, institui a Reforma Administrativa, criando a Secretaria Municipal de Turismo, SEMTUR, as Unidades Administrativas e Cargos em Comissão infradescritos, além de dar outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Marcelino Antônio Edwirges informou que a Comissão de Orçamento está convocando o Secretário de Obras, Gilson. O Senhor Presidente disse que é de acordo com o artigo 22, inciso 12 do Regimento Interno da Casa e indagou para qual dia. O vereador Marcelino comunicou que para a próxima reunião, se todos os vereadores puderem estar presentes. O Senhor Presidente falou que devem votar o requerimento e indagou se os vereadores concordam com o dia. O vereador Marcelino esclareceu que a convocação é para o secretário prestar esclarecimentos. O vereador Renato Faria Silva indagou qual o motivo da convocação. O vereador Marcelino disse que é necessário que o secretário faça alguns esclarecimentos, caso não for convincente, irá comentar. Explicou que, por enquanto,



apenas querem esclarecimentos para não serem levianos. Ressaltou que primeiro escutarão o secretário para depois tornar público. O Senhor Presidente lembrou que a convocação é no Plenário. O vereador Marcelino declarou que não é um convite e sim uma convocação. O Senhor Presidente falou que convocação é em Plenário. O vereador Luciano Vitor Gomes relatou que certa vez foi esclarecido a ele que o presidente da Comissão de Orçamento tem a prerrogativa de convocar secretário, assim, trata-se de uma convocação da Comissão de Orçamento feita pelo presidente, por isso não precisa passar pelo Plenário. O Senhor Presidente esclareceu que todo vereador, conforme o Regimento Interno da Casa, desde que seja votado e aprovado, pode convocar qualquer secretário. O vereador Marcelino frisou que o vereador Ronaldo como toda a Casa estão cientes de um dos assuntos, pois são muitos que chegam aos gabinetes. Contou que o vereador Ronaldo é de pleno acordo com a convocação do secretário. O Senhor Presidente afirmou que, de acordo com o artigo 22, inciso 12 do Regimento Interno da Casa, está convocado o secretário de obras Gilson para na próxima terça-feira prestar esclarecimentos à Casa. Consultou o Plenário para aprovação. O vereador Luciano salientou que esta votação não é necessária. O vereador Cássio Magnani Júnior esclareceu que se o secretário está sendo convocado pela comissão não há necessidade da votação. O vereador Renato informou que se quiser que o secretário venha a Plenário, tem que ser aprovado pela Casa. O Senhor Presidente esclareceu que a comissão está convocando, mas o presidente da comissão estendeu a todos os vereadores. O vereador Marcelino afirmou que não é bem isso, disse que a convocação é competência da comissão, fez questão de fazê-la em Plenário porque se trata de uma denúncia e outros vereadores podem querer participar. Relatou que além do assunto



sério que a comissão tem para tratar com ele, há outras questões que tem chegado aos ouvidos dos vereadores. Destacou que também faz em Plenário porque se a explicação não for plausível, vai trazer para discussão em Plenário. O vereador Cássio ressaltou que o vereador Marcelino está comunicando que a comissão está convocando a quem quiser comparecer na reunião interna. O Senhor Presidente disse que o vereador Marcelino quer em Plenário. O vereador Cássio disse que não é em Plenário e que no Plenário será depois. O vereador Renato afirmou que devem convocar o secretário para vir no Plenário. O Senhor Presidente explicou que será necessária a votação, pois algum vereador pode discordar. O vereador Marcelino esclareceu, com todo respeito aos demais vereadores, que se algum for contra, o secretário será convocado pela comissão, pois se trata de matéria pertinente à Comissão de Orçamento e Finanças. Deixou claro que não é um convite, mas uma convocação. O Senhor Presidente afirmou que a própria comissão pode convocar o secretário. O vereador Luciano pediu desculpas e falou, com todo respeito, que parece que o Senhor Presidente está tendencioso. Informou que o vereador Marcelino já explicou que a comissão de orçamento está fazendo a convocação, mas parece que o Senhor Presidente está querendo que a convocação seja Plenária quando não é. O Senhor Presidente informou que está vendo como irá posicionar a reivindicação do vereador Marcelino porque é o presidente. O vereador Cássio afirmou que o Senhor Presidente está correto, mas o vereador Marcelino explicou bem, está comunicando à Casa para os vereadores terem conhecimento de que está convocando o secretário para uma reunião com a comissão, o que não necessita passar pelo Plenário. O vereador José Raimundo Martins falou que sabe de coisas que ainda não têm certeza, por isso não devem precipitar. Afirmou que entende a intenção



do Marcelino e da comissão em convocar e realizar uma reunião interna. Registrou: “Agora, das outras coisas que nós estamos duvidando, após a reunião de lá vai ter que se explicar no Plenário porque o povo tem que saber onde o dinheiro público está sendo jogado”. O vereador Marcelino expôs: “Só para deixar bem claro a posição da comissão, nós não queremos ser levianos, a denúncia chegou, nós da comissão estivemos no local, queremos saber do secretário, se o que foi feito, porque que foi feito. Se a denúncia ficar concretizada, acho que o povo de Nova Lima tem que saber, é isso além de tantas outras coisas. Esta comissão está cumprindo o seu papel na íntegra e, depois da conversa com o secretário, se ele não tiver uma explicação plausível, tem que ser convocado novamente para se explicar em Plenário”. O vereador Luciano esclareceu sua posição como líder do PSL. Disse que deve cumprir seu papel que é fiscalizar, se há alguma denúncia na Comissão de Orçamento quer tomar conhecimento, mas pede cautela e tratamento igualitário porque já passaram outros assuntos na Casa que não foram tratados com tamanho rigor. Informou que o Gilson é membro do PSL, recém filiado, e quer resguardar para o seu correligionário apenas um tratamento igualitário. O vereador Marcelino destacou que se não quisessem dar-lhe um tratamento justo, o exporiam em Plenário, coisa que nunca farão. Disse que se o secretário der a explicação necessária sobre o que aconteceu, falarão em Plenário que foi uma denúncia vazia, mas foram *in loco* e confirmaram o que foi dito, agora querem escutar da boca do secretário. O Senhor Presidente lembrou que não está tendencioso a nada, pois isto é um direito da comissão. Falou que se as explicações na reunião da comissão não forem suficientes, qualquer vereador tem o direito de convocá-lo para o Plenário. Na seqüência, o vereador Cássio Magnani Júnior falou sobre o requerimento comentado no início da reunião, de





enviarem solicitação à Polícia Militar para colocar policiamento no centro da cidade, pelo menos nas ruas principais onde existe a rede bancária. O vereador Renato Faria Silva relatou que agiram com a segurança pública como fizeram com a Cemig: tiraram a central que havia em Nova Lima. Contou que os plantões de final de semana são feitos, agora, em Vespasiano, acabaram com mais um serviço em Nova Lima, assim, se a polícia militar faz uma diligência no final de semana, tem que lavrar o flagrante em Vespasiano. Sugeriu que solicitem, em nome da Casa, do Secretário de Estado de Defesa Social, caso não possa ter o plantão em Nova Lima no final de semana, que os plantões sejam feitos na Seccional Sul, Rua Carangola com Avenida Contorno. O vereador José Raimundo Martins pediu um voto de confiança dos colegas, sugeriu e se responsabilizou por trazer à Casa, na terça-feira, oito de novembro, o comandante da Polícia Militar Major Negraes para uma reunião com os vereadores. O vereador Marcelino explicou ao público que, hoje, se a pessoa for detida pela Polícia Militar à noite, eles têm que fazer o BO e o flagrante fora de Nova Lima. Esclareceu que a preocupação deles não é com bandido, mas com a pessoa de bem que, às vezes, se envolve em acidentes ou confusão, e pode ficar detida até o dia em que o Delegado retornar na parte da manhã. Lembrou que já tiveram esta conversa com o comandante da Polícia Militar, não se lembra se foi com o Major Negraes. Afirmou que ele vai falar o mesmo: o efetivo é pequeno. Ressaltou que devem ir acima do comandante local. O vereador Cássio disse que acha um absurdo e estão perdidos se o comandante falar que não tem contingente para colocar policial nas ruas centrais de Nova Lima. Relatou que, comentando com a promotora e o juiz criminal, disseram que está havendo uma inversão de funções, visto que a função primordial da Polícia Militar é preventiva, a



Polícia Civil é quem tem a função coercitiva. Destacou que a Polícia Militar deve estar na rua prevenindo e não esperar o crime acontecer para ir atrás do criminoso. Concordou com o vereador Renato, é um absurdo e mais um desserviço do governo do estado que, cada vez mais, se desincumbe de suas principais funções. Salientou que não basta terem municipalizado a educação, o que fizeram com a defensoria pública em Nova Lima e agora com a segurança pública. Registrou que devem tomar medidas e fazer moções de repúdio a esta atitude política do governador. Afirmou que acha ótima a idéia do vereador Zuca de trazer o comandante para conversarem. O vereador Renato disse que devem fazer o esforço de procurar o Secretário de Estado de Defesa Social na Cidade Administrativa e pressioná-lo dizendo que segurança pública é prioridade e, hoje, é o primeiro item na preocupação da população. O vereador Cássio comunicou que o seu requerimento foi solucionado pela sugestão do vereador José Raimundo Martins. O requerimento do vereador Renato foi aprovado por 08 votos. O vereador Ailton Soares Amaral parabenizou o Santa Cruz, merecido campeão amador deste ano. Propôs que a Casa envie moção ao Santa Cruz parabenizando-o pelo título de campeão amador 2011. Aprovado, 08 votos. O Senhor Presidente registrou e noticiou ao vereador José Guedes que há três anos solicitou à prefeitura que colocasse uma placa na rua do bar do Geraldinho Faria, a qual denominou com o nome do pai dele. Contou que ele mesmo mandou confeccionar a placa e o Geraldinho a pregou. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_